



**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 029/2023

**Número de referência:** CGE-PRC-2023/00008 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Segurança Pública - SSP

**UNIDADE:** Polícia Civil do Estado de São Paulo

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pedido de acesso ao inquérito que apurou a morte de vítima de queimaduras de primeiro e segundo grau que ocorreu no ano de 1946. Inovação recursal. Não conhecimento.

**DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 029/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Polícia Civil do Estado de São Paulo, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão informou não ter localizado em seus arquivos o registro das informações requeridas, oportunidade em que prestou outros esclarecimentos que entendeu pertinentes. Em recurso, o órgão, por despacho da sua Assessoria Policial Civil, entendeu que foram prestadas todas as informações ao solicitante, oportunidade em que informou estar em vigor a Resolução nº 49, de 02 de junho de 2020, que trata da temporalidade de documentos da Secretaria da Segurança Pública, esclarecendo, ainda, acerca do prazo de guarda de documentos por 20 anos, salientando que, "*após esse período, os documentos são eliminados*". Insatisfeito o solicitante apresentou apelo revisional cabível à Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022, solicitando o termo de eliminação de documentos do respectivo inquérito.
3. Em análise do caso concreto, verifica-se que o requerente inovou em grau recursal realizando um novo pedido ao órgão.
4. Dessa maneira, o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e o pressuposto recursal da negativa de acesso, conforme previsto no artigo 20, caput, do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelo artigo 31 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015.
5. Considerando que o recurso não almeja reforma da resposta ofertada pelo ente e nem se trata de demanda objeto da LAI, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850/2022.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

Classif. documental

006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

São Paulo, 11 de janeiro de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202300377A